



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI



CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº008/2007

ANEXO 1

PROGRAMA DE PROVA

Cargo: ADVOGADO

Conhecimento Específicos – 40 questões

- Direito Previdenciário: Fontes do Direito Previdenciário. Organização e Princípios Constitucionais da Seguridade Social. Constituição da República Federativa do Brasil (Título III, Capítulo VII, Seção II; Título VI, Capítulo I, Seção I; e Título VIII). Regime Geral de Previdência Social (Filiação e Inscrição. Segurado Obrigatório. Segurado Facultativo. Dependentes. Benefícios Concedidos. Forma de Custeio) Regime Próprio de Previdência Social (Beneficiários. Filiação. Benefícios Concedidos. Forma de Custeio). Regime Complementar de Previdência Social (Beneficiários. Entidade de Previdência Privada Fechada e Entidade de Previdência Privada Aberta. Planos de Benefícios: Benefício Definido e Contribuição Definida. Forma de Custeio). Aposentadorias asseguradas ao Servidor Público: Regra Permanente e Regras Transitórias. Aposentadoria do Professor: Regras Constitucionais. A Lei 11.301, de 10/05/2006 e o conceito de professor para fins de aposentadoria no Regime Próprio de Previdência Social. Aposentadoria Especial no Regime Próprio de Previdência Social. Os Detentores de Mandato Eletivo e Regime de Previdência. Contribuição dos Inativos e dos Pensionistas. Salário-de-Contribuição: Parcelas Integrantes e Parcelas Não Integrantes. Salário-de-benefício. Salário-de-participação. Conceito de Contagem Recíproca. Compensação entre Regimes de Previdência. Sistema de Recurso do Regime Geral de Previdência Social. Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (Competência; Impugnações; Prazo; e Recurso Administrativo). Certidão Negativa de Débito. Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa. Certidão Positiva de Débito. Certificado de Regularidade Previdenciária: Significado e Exigência. Restituição de Contribuição Indevida. Prescrição. Decadência. Recolhimento de Contribuições em atraso: juros e multa. Extinção de Regime Próprio de Previdência Social e Responsabilidade pelo Pagamento dos Benefícios. Participante e Beneficiário segundo o Regime Próprio de Previdência do Município de Itajaí/SC. Justificação Administrativa. Organização e Competência dos órgãos do Conselho Municipal de Previdência de Itajaí/SC. O Instituto de Previdência de Itajaí/SC. Orientação Normativa n. 01 de 23/01/07.

- **Legislação de Leitura Obrigatória:** Constituição da República Federativa do Brasil (Título III, Capítulo VII, Seção II; Título VI, Capítulo I, Seção I; e Título VIII); Emendas Constitucionais 20, de 15/12/1998; 41, de 19/12/2003; e 47, de 05/07/2005; Lei Complementar 101, de 04/05/2000; Lei Complementar 108, de 29/05/2001; Lei Geral dos Regimes Próprios de Previdência Social (Lei 9.717, de 27/11/1998); Lei 9.796, de 05/05/1999; Lei 10.887, de 18/06/2004; Lei 8.213, de 24/07/1991; Lei 8.212, de 24/07/1991; Decreto 3.112, de 06/07/1999; Decreto 3.788, de 11/04/2001; Decreto 3.048, de 06/05/1999; Portaria MPAS n. 4.992, de 05/02/1999; Portaria n. 172, de 11/02/2005; Portaria MPS n. 1.348, de 19/07/2005; Portaria MPS n. 64, de 24/02/2006; Portaria MPS n. 449, de 06/12/2006; Lei Complementar do Município de Itajaí/SC n. 13, de 17/12/2001; e Lei Complementar do Município de Itajaí/SC n. 16, de 25/09/2002. Lei Complementar n. 44 de 30/06/2004. Lei Complementar n. 102 de 18/05/2007.
- **Direito Administrativo:** Direito Administrativo e o Regime Jurídico Administrativo. A Organização Administrativa. Figuras da Administração Indireta e Entidades Paralelas. Atos Administrativos.
- **Direito Constitucional:** Constituição: classificação quanto à forma, extensão, conteúdo e alterabilidade. A Constituição Brasileira de 1998. Forma de Estado, forma de governo, sistema de governo e regime de governo. Preâmbulo. Fundamentos e objetivos da República. Poder constituinte: originário, derivado e decorrente-derivado. Conceitos. Limites explícitos, implícitos e circunstanciais ao poder de reforma. Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais. Normas-princípios e normas-regras constitucionais. Aplicabilidade, formas de interpretação e de integração. Fenômenos da não-recepção, revogação e repristinação. Mutação constitucional. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos. Instrumentos judiciais de efetivação: mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, habeas corpus, habeas data, ação civil pública e ação popular. Direitos sociais dos trabalhadores. Associação sindical. Nacionalidade: conceito, aquisição e perda. Brasileiros natos e naturalizados. Direitos Políticos: soberania popular, nacionalidade, cidadania, sufrágio e voto. Direitos Políticos positivos e negativos. Elegibilidade e inelegibilidade. Perda e suspensão dos direitos políticos. Controle de constitucionalidade. Perspectivas material e formal. Controle concentrado, abstrato, incidental e difuso. Ação direta de inconstitucionalidade por ação e omissão. Processo. Procedimento. Legitimidade, competência e pertinência temática. Efeitos das decisões liminar e final. Técnica de interpretação conforme a constituição, com e sem redução de texto. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Representação de constitucionalidade interventiva. Federalismo. Autonomia político-administrativa. Repartição de competências administrativas e legislativas. Competência concorrente. Sistemas horizontal e vertical. Competência comum. Bens de titularidade

das pesso